COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 4.949, DE 2009

Proíbe a adição de gorduras interesterificadas nos alimentos destinados ao consumo humano.

Autor: Deputado BETO FARO

Relator: Deputado GERALDO RESENDE

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe tem o objetivo de proibir a utilização de gorduras interesterificadas nos alimentos industrializados destinados ao consumo humano. Essa proibição alcançaria, inclusive, os alimentos importados. A inobservância da norma deverá ser considerada infração sanitária e sujeitará os infratores às sanções previstas à espécie.

O autor, ao justificar a iniciativa, alega que os alimentos constituem produtos relevantes para a promoção e proteção da saúde, apesar de apresentarem riscos sanitários no seu consumo. Cita o caso das gorduras hidrogenadas (gordura trans) como exemplo de nocividade à saúde que os alimentos podem representar, como distúrbios na concentração sanguínea das lipoproteínas e o desenvolvimento de neoplasias.

Por isso, ressalta a cautela e a prudência que deveriam guiar o consumo dos produtos alimentícios, em especial perante os interesses preponderantes da indústria. Acrescentou que há poucas informações a respeito dos efeitos dessas substâncias no organismo, principalmente no longo prazo.

Aduz, ainda, a utilização de substâncias tóxicas ao homem no processo de interesterificação. Além dos perigos diretos das gorduras, há os riscos da ingestão desses aditivos para a promoção das reações químicas, que poderiam permanecer no produto final.

Assim, o autor entende que há um potencial risco à saúde humana e a prudência deveria ser usada como forma de preservar o homem contra riscos evitáveis da ocorrência de danos irreversíveis ao organismo. O Estado, nesse caso, deveria adotar ações para proteger à saúde, como manda o art. 196 da Constituição Federal.

Por fim, salienta o proponente a existência de estudos que apontam as gorduras interesterificadas como causadoras de alterações no metabolismo do açúcar e no funcionamento do pâncreas. Tais alterações seriam negativas à saúde pública, mas poderiam ser evitadas pela adoção da proibição sugerida.

O projeto foi distribuído para manifestação conclusiva das Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDEIC; Seguridade Social e Família – CSSF; e de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC.

A matéria já foi apreciada na CDEIC, que rejeitou a matéria. No Voto condutor do posicionamento, o Relator defendeu a rejeição do projeto, tendo em vista, principalmente, a permissão de uso das gorduras interesterificadas em normas regulamentares nacionais e no Codex Alimentarius (normalização internacional sobre alimentos). Também destacou os vultosos investimentos feitos pela indústria para o desenvolvimento de novas tecnologias para substituição das gorduras trans. Citou a sua utilização na Europa e nos Estados Unidos há muitos anos. Considerou, dessa forma, que a proibição em tela seria um retrocesso indesejável em vista os investimentos e mudanças realizadas, as quais teriam proporcionado benefícios aos consumidores.

No âmbito desta Comissão de Seguridade Social e Família, não foram apresentadas emendas ao projeto no decurso do prazo regimental.

É o Relatório.

II – VOTO DO RELATOR

A Comissão de Seguridade Social e Família deve avaliar o mérito do presente projeto perante a saúde pública e o direito à saúde. A proposta visa proibir a introdução das denominadas gorduras interesterificadas nos alimentos destinados ao consumo humano. Portanto, o tema é de interesse direto desta douta Comissão.

Cumprе ressaltar que as gorduras interesterificadas começaram a ser utilizadas de forma mais intensa após a mobilização das instituições sociais contra o consumo das gorduras hidrogenadas – conhecidas como gordura trans. Estas substâncias são comprovadamente malélicas ao organismo humano, diferentemente das interesterificadas. Com efeito, não existem dados científicos que estabeleçam a vinculação da ocorrência de patologias com o uso de gorduras obtidas pela interesterificação.

Atualmente, as autoridades sanitárias de vários países e a comunidade científica consideram seguro o consumo humano de gorduras interesterificadas. Tal uso revela-se ainda mais útil se considerarmos que ele vem aumentando ultimamente para substituir as gorduras obtidas pelo processo de hidrogenação. A substituição em tela tem sido o expediente de escolha, pela indústria alimentícia, no sentido de diminuir a utilização das gorduras hidrogenadas na composição de diversos tipos de alimento. Essa ação pode favorecer a proteção da saúde dos consumidores, ao reduzir a quantidade de gorduras trans nos alimentos a valores insignificantes.

Vale salientar que o Estado tem o dever de proteger e garantir a saúde da coletividade, mas deve fazê-lo respeitando os direitos de todos. Afinal, vivemos sob a égide de um Estado Democrático de Direito. Ações arbitrárias, desarrazoadas, desproporcionais e desprovidas de fundamentação sólida comprobatória não podem ser acolhidas por esse tipo de Estado, muito menos pelo Poder Legislativo.

Proibir a utilização de gorduras interesterificadas na elaboração de produtos alimentícios pode ter, de fato, um efeito prejudicial à saúde da população. Isso porque a indústria ficaria sem opções quando da utilização de gorduras, tendo que utilizar as saturadas e as trans, estas sim

reconhecidamente ruins para o consumo humano, em face do seu potencial em causar doenças.

Ante o exposto, nos manifestamos pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei n.º 4.949, de 2009.

Sala da Comissão, em 29 de junho de 2011.

Deputado GERALDO RESENDE
Relator